

EDITAL Nº. 004/2011- SMA

ANEXO I PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROCURADOR /VR

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1. Constituição: conceito e conteúdo. Poder constituinte original e derivado.
- 1.2. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais. Leis Complementares à Constituição. Injunção.
- 1.3. Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais. Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 1.4. Direitos e garantias individuais. Remédios constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, ação popular, direito de petição.
- 1.5. Separação de poderes, delegação.
- 1.6. Poder Legislativo: composição e atribuições.
- 1.7. Processo legislativo.
- 1.8. Poder Executivo: composição e atribuições.
- 1.9. Poder Judiciário: composição e atribuições.
- 1.10. Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios.
- 1.11. Descentralização e cooperação administrativa na Federação brasileira: territórios Federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas.
- 1.12. Princípios e normas referentes à Administração direta e indireta.
- 1.13. Posição do Município na federação brasileira. Criação e organização dos municípios.
- 1.14. Autonomia municipal: Leis Orgânicas Municipais e Intervenção nos municípios.
- 1.15. Regime jurídico dos servidores públicos civis.
- 1.16. Princípios constitucionais do orçamento.
- 1.17. Bases e valores da ordem econômica e financeira.
- 1.18. Política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico.
- 1.19. Ordem Social. Seguridade social. O Município e o direito à saúde, assistência social e educação.
- 1.20. Advocacia pública.

2. DIREITO CIVIL E AS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

- 2.1. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.
- 2.2. Pessoa natural. Conceito, capacidade, domicílio. Nascituro.
- 2.3. Direitos da personalidade.
- 2.4. Pessoas jurídicas. Espécies. Pessoas jurídicas de direito público e privado. Associações, sociedades civis e empresárias. Fundações públicas e privadas. Cooperativas. Organização Social de Interesse Público. Desconsideração da personalidade jurídica no direito civil, no direito tributário e no direito do consumidor. Responsabilidade dos sócios, diretores e administradores.
- 2.5. Fato jurídico. Negócio jurídico, ato jurídico lícito e ato jurídico ilícito. Condições, termo e encargo. Defeitos dos negócios jurídicos. Invalidez dos negócios jurídicos. Forma e prova dos negócios jurídicos.
- 2.6. Representação.
- 2.7. Prescrição e decadência. Prazos prescricionais e decadenciais contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- 2.8. Bens. Conceito, classificação, espécies. Bens imateriais. Bens públicos. Terras devolutas.
- 2.9. Obrigações: conceito, classificação, modalidades.
- 2.10. Efeitos, extinção e inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações.
- 2.11. Contratos. Disposições gerais. Contratos preliminares. Formação e extinção dos contratos. Distrato. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos aleatórios. Cláusula resolutiva. Exceção de contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva.
- 2.12. Espécies de contratos: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, locação predial urbana (Lei n.º 8.251/91), empréstimo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, fiança,

transação, compromisso. Atos unilaterais.

2.13. O Município como parte nas modalidades contratuais do direito privado.

2.14. Títulos de crédito. Leis especiais.

2.15. Responsabilidade civil. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e dano moral.

2.16. Preferências e privilégios creditórios.

2.17. Direito de empresa. Empresário. Sociedade: não personificada e personificada. Espécies. Estabelecimento. Falência e concordata.

2.18. Posse. Conceito, teorias. Aquisição, efeitos e perda. Interditos possessórios. Juízo petitário.

2.19. Propriedade: função social. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Privação da propriedade e justa indenização. Usucapião: modalidades. Registro imobiliário. Condomínio voluntário e necessário. Condomínio Edifício. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Incorporação imobiliária.

2.20. Direito de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Passagem forçada. Águas. Limites entre prédios e direito de tapagem. Direito de construir. Dano infecto.

2.21. Direitos reais sobre coisas alheias. Superfície, servidões, usufruto, uso e habitação. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

2.22. Direito de família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. Bem de família. União Estável. Ausência. Curatela e tutela.

2.23. Direito das sucessões: sucessão legítima e testamentária. Partilha. Herança jacente.

2.24. Direito autoral: conceito, princípios. Direito material e moral do Autor. O Estado como parte nos contratos de direito autoral.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3.1. Princípios constitucionais e gerais de processo civil.

3.2. O processo civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Declaração incidental de inconstitucionalidade.

3.3. Intervenção federal e estadual. Seqüestro de renda.

3.4. Jurisdição. Jurisdição contenciosa e voluntária.

3.5. Competência: conceito, espécies e critérios de determinação da competência. Modificações da competência. Declaração e conflitos de competência.

3.6. Atos processuais: classificação, forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades.

3.7. As pessoas jurídicas de direito público no processo civil. Especificidades.

3.8. Formação, suspensão e extinção do processo.

3.9. Processo de conhecimento. Procedimentos e suas espécies. Antecipação da tutela de mérito.

3.10. Petição inicial. Resposta do réu. Reconvenção e exceções. Impugnação ao valor da causa. Revelia e seus efeitos. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.

3.11. Julgamento conforme o estado do processo.

3.12. Provas. Noções gerais, sistema, espécies, produção.

3.13. Audiência.

3.14. Sentença e coisa julgada. Ação rescisória.

3.15. Recursos. Noções gerais, princípios, espécies. Recurso adesivo. Recursos regimentais.

3.16. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência.

3.17. Liquidação da sentença.

3.18. Execução. Espécies. Embargos do devedor. Penhora. Arrematação. Exceção de pré-executividade.

3.19. Execução contra as pessoas jurídicas de direito público. Precatórios.

3.20. Processo cautelar. Princípios. Poder geral de cautela. Procedimentos cautelares específicos.

3.21. Procedimentos especiais.

3.22. Ações petórias e possessórias. Nunciação de obra nova e demolição. Embargos de terceiros.

3.23. Ação de usucapião.

- 3.24. Retificação de área, divisão, retificação de registro imobiliário.
- 3.25. Ação de desapropriação.
- 3.26. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data.
- 3.27. Ação popular, ação civil pública.
- 3.28. Ação monitoria.
- 3.29. Ação declaratória. Ação declaratória incidental.
- 3.30. Execução Fiscal. Lei Federal n.º. 6.830/80.
- 3.31. Ação de despejo, ação revisional de aluguel e ação renovatória.

4. DIREITO ADMINISTRATIVO

- 4.1. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Controle interno e externo da Administração Pública.
- 4.2. Administração pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Responsabilidade dos prefeitos municipais.
- 4.3. Administração Indireta: conceito. Autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Controle da administração indireta.
- 4.4. Poderes administrativos.
- 4.5. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies. Discricionariedade e vinculação. Abuso e desvio de poder. Ato administrativo punitivo. Multas.
- 4.6. Ato administrativo: anulação, revisão e revogação. Controle jurisdicional.
- 4.7. Procedimento administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos.
- 4.8. Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão.
- 4.9. Licitação: natureza jurídica, finalidades, espécies. Dispensa e inexigibilidade.
- 4.10. Serviço público: conceito, classificação. Concessão e permissão.
- 4.11. Agentes públicos. Servidores públicos: conceito, categorias, direitos e deveres. Cargo, emprego e função: normas constitucionais, provimento, vacância. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Regime previdenciário do servidor público. Concurso público.
- 4.12. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, concessão, permissão e autorização de uso. Desafetação e alienação.
- 4.13. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação indireta.
- 4.14. Limitações administrativas. Função social da propriedade.
- 4.15. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos. Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço. Excludentes de responsabilidade. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos.
- 4.16. Improbidade administrativa. Lei Federdtw1 al n.º. 8.429/92.
- 4.17. Direito urbanístico: 1.- Uso e Ocupação do Solo Urbano. Zoneamento. Poder de polícia municipal. Parcelamento do solo.(Lei Lehman - Lei Federal n.º 6.766/79). Limitações ao direito de propriedade. Controle das construções e do uso. 2.- Estatuto da Cidade. Instrumentos de Política Urbana. Usucapião especial de imóvel urbano. Usucapião coletivo. Plano diretor. Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso. 3.- Meio Ambiente urbano. Controle da poluição sonora e visual.
- 4.18. Tombamento.
- 4.19. Agências Reguladoras.
- 4.20. Lei Orgânica do Município de Volta Redonda

5. DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

- 5.1. Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101/00)
- 5.2. Definição e conteúdo do direito tributário.
- 5.3. Conceito de tributo. Espécies de tributo. Imposto, taxa, contribuição de melhoria e outras contribuições.
- 5.4. Fontes do direito tributário. Fontes primárias. Fontes secundárias.
- 5.5. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço.
- 5.6. Interpretação e integração da legislação tributária.
- 5.7. O Sistema Constitucional Brasileiro. Princípios constitucionais tributários, competência tributária, discriminação das receitas tributárias, limitações ao poder de tributar.

- 5.8. Imunidades tributárias.
- 5.9. Competência tributária. Parafiscalidade. Exercício de competência tributária.
- 5.10. O fato gerador da obrigação tributária.
- 5.11. Obrigação tributária principal e acessória. Hipótese de incidência e fato imponible. Capacidade tributária.
- 5.12. Sujeito ativo da obrigação tributária.
- 5.13. Sujeito passivo da obrigação tributária, direto e indireto. Domicílio tributário. Responsabilidade pelo tributo e responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea.
- 5.14. O crédito tributário: constituição. Lançamento: definição, modalidades e efeitos. Suspensão do crédito tributário, modalidades, extinção das obrigações tributárias e exclusão do crédito tributário.
- 5.15. Infrações e sanções tributárias. Conceito e natureza jurídica. Crimes tributários.
- 5.16. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferência e cobrança em falência e concordata. Responsabilidade patrimonial dos sócios e administradores. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública.
- 5.17. Dívida ativa. Inscrição do crédito tributário. Pressupostos legais. Presunção de certeza e liquidez da dívida inscrita, emendas e substituições de certidões de dívida ativa.
- 5.18. Certidões negativas, sigilo fiscal, divulgação de informações, limitações.
- 5.19. Tutela tributária: procedimento administrativo tributário e processo judicial tributário. A execução fiscal. Mandado de segurança, ação anulatória de débito fiscal, ação de repetição de indébito tributário, ação de consignação em pagamento, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação cautelar fiscal.
- 5.20. Tributos municipais.

6. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

- 6.1. Crime e imputabilidade penal.
- 6.2. Aplicação da Lei Penal.
- 6.3. Inquérito policial.
- 6.4. Ação penal.
- 6.7.5. Efeitos da condenação.
- 6.6. Crimes em espécie: crimes contra a Administração Pública, crimes contra a fé pública, crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra.
- 6.7. Crimes contra as finanças públicas.
- 6.8. Lei de Imprensa.
- 6.9. Crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal.

7. DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

- 7.1. Relações de trabalho. Natureza jurídica. Caracterização.
- 7.2. Sujeitos da relação de emprego: empregador, empregado, autônomos, avulsos, temporários. Sucessão de empregadores.
- 7.3. Contrato de trabalho: definição. Diferenças entre contrato de trabalho e locação de serviços. empreitada, representação comercial, mandato, parceria. Espécies e efeitos. Alteração. Término.
- 7.4. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário.
- 7.5. Repouso. Férias.
- 7.6. Sindicatos. Condições de registro e funcionamento. Atividades e prerrogativas.
- 7.7. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho.
- 7.8. Seguridade social. Conceitos fundamentais. Princípios.

8. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

- 8.1. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Principais categorias.
- 8.2. Proteção ao patrimônio público e social. Políticas públicas.
- 8.3. Ação Civil Pública: conceito, objeto, legitimação, interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Transação. Sentença. Recursos. Coisa julgada. Execução. Fundo para reparação dos bens lesados. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.
- 8.4. Ação popular: conceito, objeto, legitimação, interesse de agir. Ação popular destinada à anulação de ato lesivo ao interesse público e à tutela de interesses difusos. Competência. Sentença. Coisa julgada.

Recursos. Posição processual^{tw1} das pessoas de direito público.

8.5. Improbidade administrativa: natureza do ilícito. Modalidades. Sanções. Ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa. Legitimação. Competência. Ações cautelares. Sentença, coisa julgada. Prescrição. Atuação da pessoa jurídica de direito público.

8.6. Direito ambiental. 1. O direito ambiental na Constituição Federal. 2.- Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios. Responsabilidade civil ambiental. – 3-
- Licenciamento ambiental. 4.- Sanções penais e administrativas. 5.- Desapropriação ambiental. Áreas de proteção. Mananciais.

8.7. Relações de Consumo. 1.- Princípios gerais e âmbito de aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 2.- Responsabilidade pelos vícios e pelos fatos dos produtos e dos serviços. Prescrição, **decadência e prazo garantia**. 3.- Práticas abusivas. Oferta e publicidade. Cláusulas abusivas. Contrato de adesão. 4.- Sanções administrativas. 5.- Serviços públicos no Código de Defesa do Consumidor.

8.8. Crian_7a e Adolescente. Princípios. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Proteção da criança e do adolescente em juízo: individual e coletiva. Conselho tutelar.

8.9. Outros interesses difusos e coletivos: patrimônio histórico, artístico, turístico, urbanístico.

8.10. A tutela dos interesses meta individuais pelo Município. Legitimação e interesse.